

## **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE**

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE**

1 Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento  
2 Territorial do Litoral Paranaense, realizada aos vinte e quatro dias do mês de  
3 janeiro de hum mil novecentos e oitenta e nove, conforme convocação enviada  
4 aos membros efetivos e natos do Conselho. 2 - Aos vinte e quatro dias do mês de  
5 janeiro de hum mil novecentos e oitenta e nove, as nove horas na sala de reuniões  
6 da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, com  
7 endereço à Rua Marechal Hermes 910, Curitiba - Paraná. Reuniram-se os  
8 membros efetivos e natos do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral  
9 Paranaense, sendo a Presidencia dos Trabalhos exercida pelo Dr. Ary Veloso  
10 Queiroz, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente -  
11 SEDU. Como membros natos compareceram os senhores: Dr. Ramar Teixeira  
12 Nogueira, Diretor Geral da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação  
13 Geral, Prefeito de Antonina, Sr. Leopoldino de Abreu Netto, Prefeito de Paranaguá,  
14 Dr. José Vicente Elias, Prefeito de Morretes, Sr. Sebastião Cavagnalli, Prefeito de  
15 Guaraqueçaba, Sr. Luiz Chemin, Prefeito de Guaratuba, Sr. Aldo Abagge e  
16 Prefeito de Matinhos, Sr. Francisco Carlim dos Santos. Como membros efetivos  
17 compareceram os senhores: Sr. Mário Plefk, Sr. Luciano Pizzatto, Sr. Edmir  
18 Manoel Ferreira, Sr. Celso Gomes Carneiro, Sr. Ivo Mendes Lima e Sr. Guilherme  
19 Moreira Rodrigues. 3 - Apreciação e votação da Ata da Vigésima Primeira Reunião  
20 Ordinária do Conselho: Dr. Ary Veloso Queiroz, inicialmente cumprimentou os  
21 Senhores Prefeitos eleitos no pleito de novembro do ano passado, tecendo então  
22 comentários acerca da legislação estadual relativa ao litoral paranaense, bem  
23 como o próprio Conselho do Litoral, o seu funcionamento e a necessidade de inter  
24 relacionamento com os Prefeitos locais. A seguir colocou em discussão a ata da  
25 reunião passada do Conselho, previamente distribuída aos senhores conselheiros,  
26 como não houveram manifestações, colocou-a em votação, sendo a mesma  
27 aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. 4 - Ordem do dia: Prefeito  
28 José Vicente Elias propôs a suspensão da ordem do dia e que se convocasse uma  
29 reunião extraordinária do Conselho, para que então fosse feita uma ampla  
30 explanação técnica e jurídica a respeito dos vários diplomas legais e que incidem  
31 sobre a região litorânea, de forma que os novos Prefeitos possam familiarizar-se  
32 com o Conselho do Litoral e assim terem segurança para discutirem as matérias  
33 que fazem parte da ordem do dia das próximas reuniões do Conselho, colocando  
34 em votação, tal proposta foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros  
35 presentes. Dr. Luciano Pizzatto sugeriu que o Prefeito José Vicente Elias pedisse  
36 vistas do processo constante do item "A" da ordem do dia, pois o mesmo está  
37 relacionado à análise de loteamento no município de Paranaguá, de maneira que o  
38 mesmo possa ser analisado na próxima reunião ordinária do Conselho. Prefeito  
39 Francisco Carlim dos Santos pediu vistas do item "10 " da ordem do dia. 5 -  
40 Assuntos Gerais: Sr. Luciano Pizzatto apresentou denúncia de várias edificações  
41 que estão sendo construídas de forma irregular em Caiobá, solicitando  
42 providências urgentes e mais eficazes, pois tem se observado em vários casos

43 que após o embargo, os proprietários têm impetrado mandado de segurança e  
44 assim concluem tais edificações. Dr. Ary Veloso Queiroz solicitou que a Secretaria  
45 Executiva proceda o levantamento urgente de tais edificações irregulares. O Dr.  
46 Mauro Rocha esclareceu o caso específico da Construtora Rizental, no qual foi  
47 denegado o mandado de segurança, incorrendo a mesma em ata de  
48 desobediência Civil, sendo que já estão sendo tomadas medidas legais cabíveis,  
49 visando punir tal infração. Dr. Ary Veloso Queiroz ponderou sobre o problema das  
50 deficiências de estrutura da Secretaria Executiva, o que torna necessário um  
51 entrosamento maior com a Prefeitura e o CREA/PR, para que possamos ter uma  
52 fiscalização mais eficaz. Sr. Celso Gomes Carneiro falou sobre edificações que  
53 estão sendo construídas nos sopés dos morros e possivelmente trarão problemas  
54 futuros à estabilidade dos mesmos e das própria edificações, sugeriu ainda que o  
55 entrosamento entre o Conselho e as Prefeituras se desse através de convênio de  
56 fiscalização. Dr. Ivo Mendes Lima, esclareceu aos novos Prefeitos sobre o  
57 convênio entre o CREA/PR e o Conselho, e da dificuldade daquele órgão em  
58 detectar as irregulares acerca do número de pavimentos superior ao que foi  
59 aprovado, em virtude de que o CREA/PR geralmente realiza sua fiscalização logo  
60 no início das obras. Dr. Luciano Pizzatto, sugeriu que os processos aprovados na  
61 Secretaria Executiva fossem arquivados somente com a conclusão da obra, que  
62 se daria através de laudo da Prefeitura, do CREA/PR ou do próprio profissional  
63 responsável pela obra. Dr. Ary Veloso Queiroz explanou sobre as ações da SEDU  
64 junto aos cartórios de registros de imóveis, visando impedir que os proprietários  
65 dessas obras irregulares possam promover as suas averbações junto àqueles  
66 Cartórios. Sr. Edmir Manoel Ferreira falou sobre as deficiências de fiscalização na  
67 área de pesca, inclusive o convênio entre a SADEPE e o ITCF. Sr. Heitor Rubens  
68 Raimundo do ITCF esclareceu que o problema maior é o da estrutura dos órgãos,  
69 citando o exemplo da pesca em alto mar em que o ITCF não possui embarcação  
70 apropriada para tal fiscalização. Dr. Luciano Pizzatto falou sobre a criação do  
71 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, englobando  
72 a SEMA, IBDF, SUDEPE e SUREHMA, o que poderá possibilitar uma ação mais  
73 eficiente da fiscalização em todas as áreas relativas ao meio ambiente, pois apartir  
74 dessa medida não haverá mais as divisões das atribuições que cabiam e cada um  
75 daqueles órgãos. Prefeito José Vicente Elias falou sobre a necessidade da  
76 participação da Capitania dos Portos no Conselho, em função do uso e ocupação  
77 irregular das faixas de areia da praia e dos canais, áreas estas em que aquele  
78 órgão possui o poder de fiscalização. Dr. Celso Gomes Carneiro em função da  
79 criação a nível federal de um órgão único que atuará sobre a questão ambiental,  
80 sugeriu que o mesmo tivesse representação efetiva no Conselho do Litoral, a  
81 seguir sugeriu ainda que fosse feita uma proposta de ajuste institucional dos  
82 órgãos que atuam, visando uma melhor instrumentalização e atuação dos  
83 mesmos. Dr. Ramar Teixeira Nogueira colocou a disposição a SEPL para  
84 elaboração de tal proposta e apresentação na próxima reunião do Conselho do  
85 Litoral. Dr. Guilherme Moreira Rodrigues noticiou sobre o andamento dos trabalhos  
86 da comissão formada para análise jurídica da proposta de uso, ocupação e  
87 parcelamento das ZPA(s). Prefeito José Vicente Elias solicitou a inclusão na  
88 referida Comissão de representante específico do litoral, em nome da Associação  
89 dos Municípios do Litoral indicou o Dr. Mário Marcondes Lobo como representante,

90 sendo tal indicação aprovada pelos conselheiros presentes. Dr. Celso Gomes  
91 Carneiro arguiu sobre o andamento dos trabalhos de elaboração do Decreto de  
92 Zoneamento do Litoral. Sr. Adolfo Rocha da Cruz esclareceu que o mesmo  
93 encontra-se na Casa Civil do Governo do Estado. Dr. Celso Gomes Carneiro  
94 entregou aos Conselheiros documentos elaborados pela ADEA, o qual apresenta  
95 proposta que foram encaminhadas à Constituinte Estadual abordando vários  
96 temas ambientais. Dr. Mauro Rocha procedeu a leitura da sentença judicial que  
97 denegou o mandado de segurança impetrado pela Construtora Rizental contra o  
98 embargo exarado pelo Conselho o que vem formando assim ampla jurisprudência  
99 acerca da legislação do uso e ocupação do solo litorâneo. 6 - Encerramento: A  
100 seguir o Dr. Ary Veloso Queiroz colocou a palavra em aberto para eventuais  
101 manifestações, como ninguém fez uso da mesma, deu-se por encerrado os  
102 trabalhos da Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de  
103 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, e eu, Adolfo Rocha da Cruz  
104 Secretário Executivo lavrei a presente ata, a qual assino juntamente com o  
105 Presidente do Conselho e submeto a apreciação e votação por parte dos demais  
106 conselheiros.